

**Congresso Internacional SIPS 2022**  
**XXXIV Seminário Interuniversitário de Pedagogia Social**

**10.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social**

## *Livro De Atas*

XXXIV Congresso Internacional da SIPS (Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social) e  
10.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social

**Pedagogia Social e Mediação Intercultural:  
Teoria e Prática na Intervenção Socioeducativa**

*Ricardo Vieira*  
*María Victoria Pérez de Guzmán Puya*  
*José Carlos Marques*  
*Pedro Silva*  
*Ana Maria Vieira*  
*Cristóvão Margarido*  
*Rui Matos*  
*Rui Santos*  
**ORGS.**

**Pedagogia Social e Mediação Intercultural:  
Teoria e Prática na Intervenção Socioeducativa**

**XXXIV Congresso Internacional da SIPS  
(Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social)**

**e**

**10.ª Conferência Internacional de  
Mediação Intercultural e Intervenção Social**

**Leiria, 20 e 21 de outubro de 2022**

**LIVRO DE ATAS**

**Orgs.**

Ricardo Vieira  
María Victoria Pérez de Guzmán Puya  
José Carlos Marques  
Pedro Silva  
Ana Maria Vieira  
Cristóvão Margarido  
Rui Matos  
Rui Santos

## Ficha Técnica

**Título:** Livro de Atas:

XXXIV Congresso Internacional da SIPS (Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social) e 10.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social – “Pedagogia Social e Mediação Intercultural: Teoria e Prática na Intervenção Socioeducativa”

**Organizadores:** Ricardo Vieira, María Victoria Pérez de Guzmán Puya, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Matos, Rui Santos

**Revisão:** Ana Arqueiro

**Edição:** CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.Politécnico de Leiria

**ISBN:** 978-989-8797-96-4

**DOI:** <https://doi.org/10.25766/d6g0-b749>

Abril de 2023

Os textos incluídos neste Livro de Atas foram objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e pela ESECS.IPLeiria.



Centro Interdisciplinar  
de Ciências Sociais  
CICS.NOVA.IPLeiria



# DIMENSÕES TEÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO SOCIAL

Fátima Correia<sup>1</sup>, Germán Vargas Callejas<sup>2</sup>, Paulo Delgado<sup>3</sup>

<sup>1</sup> *Escola Superior de Educação P. Porto*

<sup>2</sup> *Universidad de Santiago de Compostela*

<sup>3</sup> *Escola Superior de Educação P. Porto*

## RESUMO

Entre as múltiplas dimensões da identidade dos indivíduos, a dimensão profissional adquiriu uma importância particular porque o emprego condiciona a construção das identidades sociais. Uma parte significativa da identidade profissional gera-se no exercício concreto da prática profissional em interação constante com outros profissionais. Todavia, se é certo que as identidades (profissionais) tendem a ser explicadas a partir das interações entre os indivíduos e “outros significativos”, nomeadamente os momentos comunicativos, a perceção subjetiva da trajetória individual e do reconhecimento dos outros, também devem ser consideradas as condições objetivas da profissão e do exercício profissional. Este trabalho pretende refletir sobre estas diferentes dimensões, tendo como principais objetivos questionar, a partir da identidade pessoal e social, a constituição das identidades profissionais, bem como sobre as condições objetivas que moldam a Educação Social e o exercício profissional dos educadores sociais. Em Portugal, os estudos sobre a identidade profissional do educador social são diminutos, a que acresce o facto de os seus processos de profissionalização estarem, ainda, em consolidação. Verifica-se uma escassez de profissionais de referência no terreno, desconhecimento do campo profissional, dificuldade em sinalizar boas práticas num campo profissional complexo e em constante transformação, dualidade entre o educativo e o social, pluralidade de funções e competências que os educadores sociais desempenham em variados contextos e com públicos diversos. Os processos de construção da identidade profissional dos educadores sociais resultam das perceções subjetivas dos indivíduos, mas também da mediação entre as estruturas e as práticas. Por este motivo, a identidade profissional dos educadores sociais é explicada também a partir das condições objetivas da profissão, nomeadamente da sua relação com o Estado, com o mercado de trabalho e os contextos de prática, dos modelos de formação e de uma plataforma simbólica que agrega os profissionais e os diferencia de outros. É a partir destes diálogos que se observam as diferenças e ambiguidades dos processos identitários.

## PALAVRAS-CHAVE

Educação social; Identidade profissional; Profissionalização

## INTRODUÇÃO

Em Portugal, existem poucos estudos sobre o processo de institucionalização de muitas profissões, entre as quais, as profissões socioeducativas, o que se deve ao facto destas profissões terem sido consideradas, durante um determinado tempo, como menores (cf. Dubar & Tripier, 1998; Gonçalves, 2008). Por outro lado, as regulamentações

definidas pelo Estado para as profissões sociais são escassas em comparação com as de profissões mais estabelecidas (Sáez-Carreras & Sánchez, 2006). Acresce o facto das profissões socioeducativas confrontarem-se de forma permanente com a mudança de problemas e necessidades sociais, o que faz com que os seus referenciais teóricos e métodos de intervenção estejam em constante (re)construção. Estas características das profissões sociais são relevantes quando procuramos analisar a identidade profissional dos educadores sociais, não só porque as suas atividades de (des)legitimação e (des)profissionalização do trabalho são percebidos como permanentes, como porque a atribuição de um estatuto profissional mais incompleto pode ter implicações na valorização profissional da profissão, tornando-a mais passível de desrespeito do seu estatuto simbólico e material.

A Educação Social foi amplamente impulsionada pela evolução da investigação no domínio das Ciências Sociais e, complementarmente, das Ciências da Educação, com uma maior necessidade de um novo paradigma na intervenção social e uma maior tomada de consciência política dos fenómenos de exclusão social. Foi a partir daqui que se verificou a necessidade de uma nova geração de políticas sociais, de âmbito mais local e em rede, que criaram um novo conceito de ação social baseado na ideia de promoção, de apoio a (novas) formas de desenvolvimento co-construído de cada cidadão, tornando-o independente. É neste contexto que surge a Educação Social, enquanto profissão social e educativa. Esta dualidade concorre, em larga medida, para a complexidade desta profissão, uma vez que se é certo que a Educação Social é social, na medida em que o seu contexto natural de prática é o tecido social, com os seus processos, mudanças e instituições, também é verdade que a intervenção social está intrinsecamente ligada a uma perspetiva educativa, que se distancia do registo assistencialista.

As profissões são resultado de uma construção sócio-histórica. Ao contrário das profissões técnicas, as profissões sociais têm como “objeto” de intervenção pessoas, que além de não serem homogéneas e padronizáveis, também interagem com o profissional numa lógica de coprodução da intervenção, o que influencia os processos de profissionalização. Sabendo que a construção da identidade profissional é um processo dinâmico, no caso da Educação Social este processo é complexo, não só pelas

particularidades técnicas e afetivas do trabalho social, mas também pelas questões e forças externas que impactam a profissão.

O estudo da identidade profissional dos educadores sociais é pertinente, uma vez que o trabalho e as profissões ocupam uma dimensão central na sociedade, mas sobretudo porque representam um suporte fundamental para a construção da identidade pessoal, uma vez que implica saberes partilhados e modos de fazer comuns e que dão sentido e coerência às ações.

## **DIMENSÕES TEÓRICAS DA IDENTIDADE PROFISSIONAL**

A identidade profissional é uma componente importante da identidade social dos indivíduos, sobretudo naquelas profissões em que nem sempre é possível separar o Eu pessoal e o Eu profissional, como é o caso da Educação Social. Por ser uma profissão impregnada de valores e de ideais muito exigentes do ponto de vista da relação humana, o processo de construção da identidade profissional relaciona-se com a forma como é representado aquilo que se é capaz de fazer, as crenças sobre qual deve ser o seu papel, a sua função. Este processo ultrapassa a formação e relaciona-se com a história vivida e com as interações sociais que vão decorrendo ao longo do desenvolvimento profissional. Assim, uma parte importante da identidade profissional constrói-se pela experiência, no exercício concreto da atividade profissional, na interação com outros profissionais, na diversidade dos processos.

A este nível, podemos considerar que as identidades profissionais se constituem a partir das identidades pessoais e sociais, das relações e das percepções subjetivas e intersubjetivas dos indivíduos. Neste âmbito, existem duas teorias que são referências para a dimensão subjetiva da identidade profissional: o quadro conceptual de Claude Dubar (2005), que entende a identidade como resultado dos processos de socialização, e os conceitos de Serge Moscovici (2009), que aborda a identidade como um conceito sociopedagógico de representação social. Por outro lado, também é verdade que uma parte significativa da identidade profissional gera-se no exercício concreto da prática em interação constante com outros profissionais. É neste sentido que importa para o estudo da identidade profissional o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, utilizado para dar conta da mediação entre as estruturas e as práticas, entre a sociedade e o indivíduo. O *habitus* aplicado ao campo profissional é produzido pelas condições estruturais que

cercam e condicionam a profissão e que expressam o “modo de ser” profissional (Bourdieu, 2008).

A constatação destas diferentes teorias permite entender a identidade profissional a partir de uma expressão subjetiva e individual, mas mostrando também as condições objetivas e estruturais da profissão. A identidade profissional é, assim, fruto de um projeto individual e resultado direto da experiência e da realidade profissional.

### **A identidade como resultado dos processos de socialização**

A construção da identidade pessoal e, conseqüentemente, da social e profissional, é fortemente moldada pelos contextos (cf. Dubar, 2005, Santos, 2011; Fialho, 2017), uma vez que as identidades se constroem socialmente em resultado dos processos de comunicação ou socialização. Esta relação entre socialização e identidades é pertinente, uma vez que cada indivíduo interioriza disposições, competências e valores na medida em que as associa a uma identidade específica resultante de uma negociação entre papéis atribuídos e intenções próprias (Abrantes, 2017). É na interação que se estabelecem categorizações relacionadas com o papel que os indivíduos desempenham, criando categorias de padrões e comportamentos atribuídos e assumidos. A identidade profissional vai-se construindo, assim, individualmente com a colaboração de vários intervenientes e, por isso, pressupõe uma tensão entre identidade pessoal e social, uma dimensão individual e uma dimensão coletiva.

Para Dubar (2005), a construção das identidades sociais e profissionais são o resultado de sucessivas socializações, que resultam das interações com o outro, mas que têm uma componente subjetiva gerada através de narrativas biográficas. A socialização é, neste ponto de vista, um processo de construção identitária que acontece não apenas nos contextos onde o indivíduo se movimenta, mas que depende também das transações/negociações do próprio indivíduo, que assume um papel de protagonista no desenvolvimento de uma visão individual do mundo (Dubar, 2005). Paraphrasing Claude Dubar (2005, p. 104), “identidade para si e identidade para o outro são inseparáveis”, porque a identidade para si constrói-se tendo em contra o outro e o reconhecimento que este faz de cada um, “não se faz identidade das pessoas sem elas” (Dubar, 2005, p. 110).

Esta abordagem à identidade enquadra-se na perspetiva interacionista, que entende que a identidade não se esgota na singularidade do indivíduo e nos seus processos de construção biográfica, mas vai-se construindo na relação com os outros (Abrantes, 2017). Dubar atribui à interação social e à subjetividade um importante papel nos processos de construção de identidades profissionais.

Na teoria de Claude Dubar é no âmbito da socialização secundária que ocorre o processo de constituição das identidades profissionais. Nas profissões, uma dimensão central da socialização ocorre na formação inicial, pois é aqui que se iniciam as interações com outros considerados significativos da profissão (Dubar, 2005). Mas a socialização profissional não acontece apenas na formação inicial, mas sobretudo no desempenho do profissional no seu contexto de trabalho, numa lógica de conflitos, interações, momentos comunicativos, colocando a tónica na interação. O termo identidade é analisado como uma característica de pertença a um coletivo, que permite não só aos indivíduos serem identificados por outros, mas também identificarem-se eles próprios face aos outros. Parafraseando Dubar (2005, p. 135) “nunca sei quem sou a não ser no olhar do outro”. É através do processo de socialização profissional que o indivíduo constrói e cria a sua forma de estar e de sentir a profissão. No caso da Educação Social, a sua atividade profissional decorre em contacto com outros profissionais da área social, pelo que será pertinente questionar a existência de espaço de diálogo que permita uma reflexão conjunta sobre os processos de profissionalidade.

### **A identidade como conceito sociopedagógico de representação social**

A identidade, enquanto articulação entre o individual e o social, pode ser entendida também do ponto de vista psicossocial enquanto resultado de um processo representacional. Serge Moscovici é o autor mais conhecido da teoria das representações sociais, que as define como teorias do senso comum que se elaboram coletivamente nas interações sociais, num determinado tempo e espaço, com o objetivo de familiarizar os conceitos (Moscovici, 2009). Neste sentido, a identidade profissional é vivenciada e percebida subjetivamente pelos membros do grupo e resulta da consciência de pertencer a este grupo, consciência essa que é definida, sobretudo, pela oposição e diferenças com os outros grupos (cf. Fraysse, 2000).

Segundo esta teoria, é através das representações sociais que os indivíduos socializam, elaboram o conhecimento, reconstróem e ressignificam os objetos sociais, os valores, comportamentos, atitudes, que lhes permitem ter uma leitura do mundo comum, compreender-se e, na compreensão dos outros, compreenderem-se a si próprios (Jodelet, 2001). No fundo, tratam-se de representações simbólicas que surgem durante as interações. É através da construção de representações coletivamente elaboradas e partilhadas por um determinado grupo que se confere sentido para uma realidade e comunicamos esse mesmo sentido aos outros.

No estudo da identidade profissional, é relevante referir-nos à teoria das representações sociais, uma vez que, ao serem representações sobre determinadas práticas e modos de ser e estar, podem também estar situadas ao exercício de uma determinada profissão e a um contexto específico. As representações que surgem no contexto profissional possibilitam também a estruturação dos campos profissionais, a construção de um saber profissional, permitem proteger a especificidade do grupo, orientar as práticas profissionais e, em última instância, permitem justificar as tomadas de posição e as práticas profissionais (Blin, 1997). Além disso, as representações sociais têm influência na construção da identidade profissional pois permitem uma dimensão coletiva e compartilhada das missões, competências e qualidades do profissional, dos objetos susceptíveis de serem ativados no exercício da atividade profissional, mas também uma ideia comum das representações sobre as instituições e os contextos (Blin, 1997).

A teoria defendida por Moscovici pode ser útil no estudo das identidades profissionais, na medida em que estas são representadas pelos próprios indivíduos, mas deve ser acompanhada de outras correntes teóricas, já que desconsidera a realidade concreta e objetiva, nomeadamente as questões de formação e qualificação e as condições laborais, pois sendo resultado da comunicação, as representações sociais acontecem num “imaginário” universo consensual, limitando-se unicamente às percepções subjetivas dos profissionais (Moscovici, 2009).

### **A identidade como resultado do *habitus* e do campo social**

Das teorias e conceitos apresentados anteriormente, percebemos que as identidades (profissionais) tendem a ser explicadas a partir das interações entre os indivíduos e

“outros significativos”. Todavia, ambas as teorias (de Claude Dubar e Serge Moscovici) parecem ignorar a realidade profissional, isto é, as condições objetivas da profissão e do exercício profissional. De forma a definir as relações que possibilitam a construção do sujeito diante dos processos de socialização, Pierre Bourdieu utilizou o conceito de *habitus* enquanto princípio gerador e estruturador das práticas e das representações. Para Bourdieu (2004), o modo como cada indivíduo experiencia a sua vida deriva de estruturas que norteiam a sua percepção e comportamento. O *habitus* surge do diálogo entre sujeito e sociedade, que se relacionam e influenciam mutuamente. Desta forma, Bourdieu relaciona a objetividade da sociedade com a subjetividade dos indivíduos e grupos. Ao serem produto e produtores de suas próprias condições de existência, os indivíduos reproduzem as estruturas objetivas às quais estão submetidos (Bourdieu, 2004).

A identidade profissional não pode ser entendida como sendo exclusivamente subjetiva e como produto de processos subjetivos. Como vimos, na construção da identidade devemos atender também às condições objetivas da profissão, seja nas questões relativas à formação, ao exercício profissional, ao sistema de emprego ou às relações com o Estado. Neste âmbito, é importante atendermos a outros conceitos-chave de Pierre Bourdieu, nomeadamente o conceito de campo e capital. O espaço social é um espaço das posições sociais objetivas ocupadas por cada classe de agentes, as quais dependem do capital (cultural, social, simbólico, económico). Os indivíduos/grupos estão distribuídos por esse espaço em função do capital que dispõem (cultural e social) e da estrutura e peso desse capital (capital simbólico) (Bourdieu, 2003).

O campo é um espaço social onde ocorrem um conjunto de relações objetivas: o campo não é, um espaço neutro, fixo e homogéneo; pelo contrário, é um campo de lutas, no qual os agentes atuam conforme suas posições (Bourdieu, 2003), demarcando os seus limites, os seus processos de diferenciação social (Bourdieu, 2004). Esta teoria é especialmente relevante para a análise da identidade profissional dos educadores sociais, uma vez que este profissional partilha com outros profissionais os territórios de intervenção e os públicos.

Se é verdade que, antes de adquirir uma habilitação profissional, o profissional já possui uma identidade pessoal e social e, por isso, a sua identidade profissional é condicionada pelo conjunto de experiências e trajetórias anteriores, também não podemos ignorar as

condições objetivas e materiais a que estão submetidas todas as profissões, nomeadamente as condições de trabalho, autonomia profissional, legislação, formação profissional, organização profissional (associações profissionais). Estas condições objetivas também condicionam as profissões uma vez que impõem limites e concedem oportunidades a partir de “lógicas decorrentes das particularidades da profissão” (Fialho, 2017, p. 145).

## **A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS EDUCADORES SOCIAIS**

Com as dimensões teóricas apresentadas, percebemos que a identidade profissional é um processo em permanente construção, que tem inerentes as representações dos diferentes grupos profissionais, bem como as representações de outros grupos sociais e profissionais. Todavia, as identidades profissionais de um determinado grupo profissional não se constroem de forma igual para todos os elementos, uma vez que decorrem de diferentes estratégias que os indivíduos utilizam na forma como se relacionam com os contextos. No estudo da identidade profissional dos educadores sociais não basta apenas os aspectos funcionais e instrumentais, as competências necessárias ao desempenho da atividade profissional. Não desvalorizamos o papel da formação nos processos de construção da identidade profissional: as instituições de ensino superior desempenham um importante contributo pois definem um perfil ideal de profissional e projetam abstratamente o querer/dever ser de cada profissão. Corroborando com Caria, Sousa e Almeida (2017), a construção da identidade profissional integra uma “visão projetada/imaginada e idealizada/virtual do que se pretende para a profissão, que não se circunscreve apenas ao presente atual e real da profissão” (p. 157). Também discordamos de Dubar (2005) quando defende que o momento de entrada no contexto de trabalho corresponde ao grande desafio identitário que vai proporcionar a construção da identidade profissional de base.

As identidades profissionais constroem-se pela experiência e no exercício concreto da atividade profissional, na relação com outros profissionais, nos acordos e desacordos entre os atores significantes e os objetos da prática profissional. A identidade profissional constitui-se como uma plataforma comum, que agrega os profissionais e os diferencia de outros. É através desta plataforma que os membros do grupo reconhecem a sua especificidade. Não obstante, este processo depende da formação de cada

membro do grupo, dos seus contextos de prática, dos seus problemas profissionais, da atividade sociocognitiva que suporta a sua ação profissional. Destaca-se, também, as tensões existentes com outros grupos profissionais, com a sociedade e com o Estado. É a partir destes diálogos que se observam as diferenças e ambiguidades dos processos identitários.

No caso da Educação Social, concordamos com Sáez-Carreras e Molina (2006), que entendem que o critério que melhor poderia ajudar a obter os diferentes parâmetros a partir dos quais se desenha a Educação Social, remeteria para a tarefa de identificar os atores chave comprometidos com este processo. Assim, identificam cinco atores que intervêm na Educação Social: de uma forma mais direta, o Estado e as políticas; as Universidades e legitimação académica; o Mercado e os campos laborais; os profissionais e as organizações profissionais; e, de forma indireta, os sujeitos da intervenção. Falar de identidade profissional dos educadores sociais implica, assim, reconhecer a existência de relações de proximidade e conflito entre estes atores, porque existem interesses por parte de cada um. O processo de profissionalização será beneficiado se estes atores se reforçarem mutuamente. Abbott (1998) defende que, no desenvolvimento de uma profissão, também importa considerar a influência de outras profissões, com as quais se entra em confronto no sentido de encontrar uma monopolização de um território laboral.

## **Atores-chave do processo de profissionalização do Educador Social**

### ***a) Estado***

No caso das profissões socioeducativas, o Estado possibilita o seu surgimento ao criar políticas públicas que respondem a necessidades educativas e de cidadania. Não é assim possível entender a consolidação das profissões sociais sem fazer referência ao surgimento das políticas públicas, que justificam a emergência e manutenção de determinadas profissões. Mas as necessidades vão-se transformando, o que faz com que a posição do Estado relativamente às profissões também se vá alterando, sobretudo nas sociedades atuais, marcadas por grande dinamismo, complexidade e imprevisibilidade. Neste sentido, o cenário político-social no qual trabalham os educadores sociais está dependente de políticas sociais que os governos desenvolvem e que não são neutrais.

Tomemos como exemplo a existência de políticas públicas que ignoram a dimensão comunitária dos problemas sociais, sendo muito centralizadas no indivíduo e que se consubstanciam numa intervenção social muito antagónica aos princípios da Educação Social (cf. Timóteo, 2015; Correia, 2021). Assiste-se também a uma intervenção social muito dependente de projetos isolados e de fundos comunitários, na maior parte das vezes, sem qualquer estabilidade e garantia de continuidade e com uma forte submissão ao cumprimento escrupuloso de um conjunto de indicadores quantitativos, os quais, sabemos, não se coadunam com a lentidão dos processos educativos (cf. Timóteo, 2015; Correia, 2021). Destacamos, ainda, que assiste-se em Portugal a uma transferência crescente das funções do Estado em matéria social para o Terceiro Setor, o que traz consigo problemas na regulação da oferta privada e na defesa dos interesses dos beneficiários de apoios sociais (Correia, 2021). A Educação Social, enquanto profissão social e educativa, tem a oportunidade de profissionalizar-se devido a esta dimensão democrática do Estado Social, convertendo-se numa profissão ao serviço da melhoria e desenvolvimento social, mas corre também, como vimos, o risco de desprofissionalizar-se quando é pedido a estes profissionais funções e atividades que são contrárias aos seus princípios e ética profissional (Sáez-Carreras & Molina, 2004).

### ***b) Ensino Superior***

As instituições de ensino superior são um espaço privilegiado para o desenvolvimento dos processos de profissionalização. No entanto, a afirmação da identidade profissional dos educadores sociais foi/é condicionada pela forma como a profissão evoluiu em Portugal, que traz consigo não apenas diferentes graus académicos, mas também uma confusão de competências (Azevedo, 2011). A Educação Social começou por ser uma formação técnico-profissional e é, atualmente, uma formação de nível superior. Num curto espaço de tempo, os educadores sociais deixaram de desempenhar funções meramente lúdicas e tecnicistas para se tornarem profissionais da intervenção e investigação psicossocial e socioeducativa (Azevedo, 2011; Timóteo, 2015). A existência de diferentes profissões nos contextos de trabalho é, ainda, uma realidade, gerando confusões relativamente às funções do educador social. A este propósito, podemos considerar também como exemplo a existência de outras designações de licenciaturas

que remetem para a Educação Social, como é o caso da Educação Social Gerontológica (Correia, Martins, Azevedo & Delgado, 2014).

### ***c) Mercado de Trabalho***

No âmbito do mercado e dos campos laborais, os educadores sociais estão hoje integrados numa diversidade de valências e respostas sociais, sobretudo no Terceiro Setor. Todavia, a partilha de territórios e públicos com outros profissionais da área social, com maior tradição no universo da ação social, origina também dificuldades na profissionalização da educação social. A ampla diversidade de contextos e populações faz com que a Educação Social “não apresente limites bem definidos” (Capul e Lemay, 2003, p. 7). A semelhança de títulos entre os educadores sociais e outros profissionais da área social reflete-se, ainda, na empregabilidade, pois todos os profissionais acabam por desenvolver as mesmas funções. A este propósito, convém salientar que a interdisciplinaridade que é solicitada nas intervenções sociais nem sempre se identifica com a racionalização dos recursos por parte das entidades empregadoras. Por outro lado, se é certo que a solidariedade profissional é um dos princípios do educador social, nem sempre a interdisciplinaridade que é necessária nos projetos sociopedagógicos é fácil ser posta em prática, porque estas linhas ténues entre profissões com semelhança de títulos geram desconfianças e encerra cada profissão sobre si mesma. Por fim, no que respeita aos mercados de trabalho, temos ainda de considerar a crescente precarização e fragmentação da carreira do educador social, que aponta para um papel mais técnico e instrumental do que político e interventivo.

### ***d) Profissionais***

Analisar as formas como a profissão se concebe nas sociedades atuais não dispensa uma referência à sua identidade e ao modo como os profissionais encaram a evolução da profissão. A Educação Social é uma profissão de relações e interações, de ir ao encontro do outro, de o entender como protagonista do seu processo de mudança, de forma autónoma e responsável. Todavia, o outro não é padronizável, o que torna a Educação Social uma profissão de interações com muitos outros. Se é verdade que os profissionais são absorvidos por intervenções imediatas, também se assiste a uma atitude desmobilizada face ao seu grupo profissional. Em Portugal ainda se verifica a falta de

consciência coletiva por parte dos educadores sociais, que se apresenta como causa e consequência da falta de assertividade da profissão e das diminutas figuras profissionais de referência. Além disso, o processo de profissionalização dos educadores sociais depende ainda da cultura profissional. Neste sentido, importa destacar o papel das associações profissionais na promoção de uma referência identitária, pois dão visibilidade à profissão e aos profissionais, participam no contrato social e no desenho de políticas socioeducativas, definem e consolidam normas de conduta profissional. No entanto, em Portugal ainda carece de um sentido agregador e mobilizador dos profissionais, que aparentam uma atitude individualista e desmobilizada.

#### ***e) Sujeitos de intervenção***

Os processos de profissionalização dependem, de forma indireta, do reconhecimento social da profissão, que se constitui como indicador da eficácia da profissão e validação por parte dos cidadãos. No entanto, no que diz respeito à Educação Social sabemos que os processos educativos são lentos. A reflexividade sobre os fenómenos sociais e educativos exige uma duração que nem sempre é compatível com a urgência de determinadas intervenções sociopedagógicas, o que pode ter impacto no reconhecimento imediato da eficácia da Educação Social. Na verdade, as exigências impostas pela sociedade atual confrontam as profissões sociais e educativas com pressões de competitividade, lógicas de eficácia e eficiência e uma padronização de procedimentos, o que parece reduzir estas profissões a uma gestão burocrática do social (Amaro, 2015). Por outro lado, a polivalência técnica dos educadores sociais não facilita também este reconhecimento: os educadores sociais atuam em diferentes âmbitos, com diferentes faixas etárias, com uma multiplicidade de funções educativas nos territórios do social. O reconhecimento profissional do educador social é assim dificultado face à diversidade de lugares de trabalho socioeducativo.

## **CONCLUSÃO**

As identidades profissionais são um constructo importante para os profissionais, não só porque asseguram o reconhecimento social da profissão, mas também porque dão coerência ao sentido da ação dos profissionais. Percebemos que os processos de construção da identidade profissional das profissões sociais emergem de uma

diversidade de variáveis e condições fluidas e incertas. Os educadores sociais intervêm diretamente com outros sujeitos e subjetividades, num trabalho intrinsecamente relacional, o que constitui a sua marca identitária. Os meios mobilizados na ação, embora exijam um conhecimento científico e metodológico prévio, são definidos e ajustados em função de cada situação, pelo que reflexão e ação concretizam-se em todas as situações, muitas vezes de forma simultânea. Por outro lado, os profissionais socioeducativos intervêm numa grande heterogeneidade de campos de prática. Se é verdade que associado à identidade profissional está o saber agir profissional, no caso das profissões socioeducativas este saber agir é difícil de objetivar.

## BIBLIOGRAFIA

- Abbott, A. (1988). *The system of professions: An essay on the division of expert labor*. Chicago: University of Chicago Press.
- Abrantes, P. (2017). Para uma teoria da socialização. *Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, 21, 121-139. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2229>
- Amaro, M. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade*. 2.ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Azevedo, S. (2011). *Técnicos Superiores de Educação Social. Necessidade e pertinência de um estatuto profissional*. Porto: Fronteira do Caos.
- Blin, J. (1997). *Représentations, Pratiques et Identités Professionnelles*. Paris: Editions L'Harmattan.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Bourdieu, P. (2004). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2008). *Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação*. (9.ª ed.) São Paulo: Papyrus.
- Capul, M. & Lemay, M. (2003). *Da Educação à Intervenção Social*. Vol.2. Porto: Porto Editora.
- Caria, T., Sousa, P., & Almeida, J. (2017). A identidade profissional institucional. Atualidade da pesquisa em serviço social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 85, 149-165. <https://doi.org/0.7458/SPP2017852240>
- Correia, F. (2021). Atores-chave do Processo de Construção da Identidade Profissional dos Educadores Sociais em Portugal. *Interações*, 56, 11-30. <https://doi.org/10.25755/int.21163>
- Correia, F.; Martins, T.; Azevedo, S. & Delgado, P. (2014). A Educação Social em Portugal: Novos desafios para a identidade profissional. *Interfaces Científicas - Educação*. 3, 113- 124. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v3n1p113-124>
- Dubar, C. (2005). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais* (1.ª edição). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- Dubar, C. & Tripier, B (1998). *Sociologie des Professions*. Paris: Armand Colin.
- Fialho, J. (2017). A construção da identidade social e profissional através da ação das redes de sociabilidade laboral. *Revista Argumentos*, 14(1), 138-162. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/1160>
- Frayse, B. (2000). La saisie des représentations pour comprendre la construction des identités. *Revue des sciences de l'éducation*, 26(3), 651-676. <https://doi.org/10.7202/000294ar>
- Gonçalves, C. (2008). Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 17-18, 177-223. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2349/2150>

- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *Representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Moscovici, S. (2009). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Sáez-Carreras, J. & Molina, J. (2004). El Estado como actor clave en la profesionalización de los educadores sociales: de las políticas sociales a las necesidades. *Pedagogía Social: Revista Interuniversitaria*, 11, 135-163.
- Sáez-Carreras, J. & Molina, J. (2006). *Pedagogía Social. La Educación Social como profesión*. Madrid: Alianza Editorial.
- Sáez-Carreras, J. & Sánchez, M. (2006). Trust and Professionalism in Social Professions: the case of Social Education. *Current Sociology*, 54 (4), 595-606. <https://doi.org/10.1177/0011392106065091>
- Santos, C. (2011). *Profissões e Identidades Profissionais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Timóteo, I. (2015). A evolução da educação social em Portugal: perspectivas e desafios contemporâneos. *Praxis Educare*, 1, 12-18.